

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.060.424 - MT (2017/0040438-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES CUIABA LTDA
ADVOGADOS : DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE - MT0060570
JACKSON NICOLA MAIOLINO - MT017147
AGRAVADO : MARCO AURELIO RIBEIRO COELHO JUNIOR - ME - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : LUÍS FERNANDO LEMOS DOS SANTOS - MT003098
EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA - MT004574

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS E COLCHÕES CUIABÁ LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 741/743, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fl. 603, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL - QUESTÃO PROVADA POR DOCUMENTOS - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL - AUSÊNCIA DE DESCONTITUIÇÃO DO DIREITO DO EXEQUENTE - RECURSO DESPROVIDO.

" Não há cerceamento de defesa quando o magistrado entende que as provas acostadas aos autos são suficientes à formação de seu convencimento. Em situações como estas, o julgamento antecipado da lide, caso presentes os requisitos legais, não cerceiam o direito à ampla defesa do réu, ao contrário, é medida que se impõe. (..)". (TJATE Ap, 91594/2011, DESCARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA. QUINTA CÂMARA CÍVEL. Data do Julgamento 28/03/2012, Data da publicação no D.IE 11/04/2012) (grifei).

Na ausência de fato extintivo ou impeditivo do direito do Credor, mantém-se hígido o título que se visa executar.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 641/649, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre embargos à execução visando declarar desconstituir o título executivo extrajudicial. O Juízo de piso julgou improcedentes os pedidos. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação.

Em suas razões de recurso especial, a insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 3º, 7º, 8º, 350, 369, 783, 917, I, do CPC/15 e 662, do CC/02. Sustenta, em síntese, cerceamento de defesa, assim como a nulidade do título executivo extrajudicial.

Contrarrazões (fls. 718/726, e-STJ).

Em juízo provisório de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) ausência de prequestionamento; e ii) rever o entendimento do Tribunal local demandaria o reexame de fatos e provas.

Irresignada (fls. 750/767, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, pois preenche os permissivos constitucionais.

Contraminuta (fls. 787/794, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. O Tribunal local, com amparo nos elementos de convicção dos autos, considerou que era caso de julgamento antecipado da lide, pois o depoimento de testemunha não teria o condão de comprovar a forma que se deu a relação contratual, bem como entendeu que a parte recorrente não logrou em demonstrar documentalmente fato extintivo ou impeditivo do direito da parte recorrida.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 606, e-STJ):

"[...] Analisando os autos, **mostra-se desnecessária a dilação probatória vindicada na hipótese**, porquanto o depoimento testemunhal não tem o condão de comprovar a forma como se deu a relação contratual entre as partes.[...] Assim, **tendo em vista que as questões da lide revelam prescindível a produção de prova testemunhal, rejeita a preliminar.** [...] A Apelante assevera que o Contrato era de Êxito Administrativo, e teve que manejar demanda judicial para obter o financiamento federal desejado, entretanto, **extrai-se dos autos que fora indeferida a liminar na Ação proposta, tendo sido concedido o benefício administrativamente.** [...] Vale dizer: o executado/embargante reconheceu que alcançou seu intento, mas afirma que o obteve em vais distintas daquela objeto da contratação com o exequente, o que, de modo algum, está demonstrado nos autos. [...] Pelo que se vislumbra a Apelante **não se desincumbiu de comprovar fato extintivo ou impeditivo do direito** da Apelada. ".

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. MORA CARACTERIZADA. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA IMOBILIÁRIA. Súmula 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Os integrantes da cadeia de consumo, em ação indenizatória

consumerista, também são responsáveis pelo danos gerados ao consumidor, não cabendo a alegação de que o dano foi gerado por culpa exclusiva de um dos seus integrantes. Precedentes.

2. A análise da pretensão recursal referente à necessidade de produção de outras provas para o deslinde da controvérsia e à possibilidade do julgamento antecipado da lide demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Por isso que, não decidida a questão pela instância ordinária e não opostos embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão, incidem, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1029864/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA COMPROVAR O ALEGADO NA INICIAL. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. VIOLAÇÃO DO ART. 333 DO CPC/73. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O acolhimento da pretensão recursal, quanto a existência de provas suficientes para comprovar o alegado na inicial, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

2. O STJ tem entendimento pacificado de que cabe às instâncias ordinárias, soberanamente, a análise quanto à necessidade e suficiência da prova para a formação de seu livre convencimento motivado.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1591919/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 25/11/2016)

3. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos

elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

4. Do exposto, com fulcro no art. 932, do CPC/15 c/c súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo e, com base no art. 85, § 11, do NCPC, majoro os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor fixado pelas instâncias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator